

JUSTIFICATIVA DE CONTRATAÇÃO POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Coelho Neto/MA, por meio da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, com autorização da Secretária responsável, Sra. Emanuelle Oliveira Ramos, na qualidade de Ordenadora de Despesas, apresenta o presente processo administrativo visando à contratação da empresa **JOSIVALDO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA**, inscrita no CNPJ nº **10.835.928/0001-40**, para a prestação de serviços de assessoria jurídica especializada em controle interno aplicado à gestão do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, destinada ao suporte jurídico preventivo na execução dos recursos e programas socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC.

A contratação tem por objetivo assegurar suporte técnico-jurídico especializado à SEMASC, com atuação consultiva e preventiva voltada à orientação jurídica sobre a correta execução dos recursos e programas socioassistenciais vinculados ao SUAS, conformidade dos atos administrativos, análise de riscos, acompanhamento dos procedimentos de gestão, apoio à fiscalização e prevenção de impropriedades na execução dos serviços, benefícios, projetos e programas da política municipal de assistência social.

Considerando tratar-se de contratação direta por inexigibilidade de licitação, em razão da natureza técnica e especializada dos serviços de assessoria jurídica, de caráter predominantemente intelectual, com fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como o disposto no art. 72, incisos VI e VII, da mesma legislação, faz-se necessária a apresentação dos elementos que justificam a presente contratação, notadamente: a justificativa da contratação, a razão da escolha do fornecedor e a justificativa do preço.

I - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação tem fundamento no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, que estabelece a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição, especialmente para contratação de serviços técnicos especializados de natureza

predominantemente intelectual, prestados por profissionais ou empresas de notória especialização.

Nos termos do art. 6º, inciso XIX, da Lei nº 14.133/2021, considera-se notória especialização a qualidade do profissional ou da empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

No caso em análise, os serviços pretendidos possuem natureza técnico-jurídica, consultiva e preventiva, voltados à orientação da Administração quanto à execução dos recursos e programas socioassistenciais vinculados ao SUAS, ao fortalecimento dos mecanismos de controle interno, à mitigação de riscos e ao aperfeiçoamento da governança da política municipal de assistência social, sem substituição das competências legais dos agentes públicos e sem delegação de atos decisórios privativos da Administração.

Dessa forma, considerando a natureza técnica e especializada da assessoria jurídica em controle interno aplicado à gestão do SUAS, bem como a necessidade de atuação qualificada em matéria de execução, fiscalização, conformidade jurídica e controle preventivo dos recursos e programas socioassistenciais, verifica-se a possibilidade de enquadramento da contratação na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos da legislação vigente.

II - DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

A inviabilidade de competição caracteriza-se quando a natureza do serviço a ser contratado exige conhecimentos técnicos especializados, experiência profissional, metodologia própria e relação de confiança técnico-institucional, de modo que a escolha do prestador não possa ser realizada exclusivamente com base em critérios objetivos de comparação entre propostas.

No caso em análise, o objeto consiste na prestação de serviços de assessoria jurídica especializada em controle interno aplicado à gestão do SUAS, destinada ao suporte jurídico

preventivo na execução dos recursos e programas socioassistenciais, no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Trata-se de serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual, cuja execução demanda conhecimento jurídico aplicado à Administração Pública, domínio das normas e diretrizes do Sistema Único de Assistência Social, compreensão das exigências dos órgãos de controle, capacidade de análise de riscos administrativos e aptidão para orientar preventivamente a gestão municipal quanto à legalidade, legitimidade, eficiência e conformidade dos atos praticados com recursos vinculados à assistência social.

A prestação dos serviços não se limita à execução de atividades padronizadas ou meramente operacionais. Ao contrário, exige análise técnica individualizada das situações concretas submetidas à apreciação da contratada, emissão de orientações consultivas, elaboração de manifestações jurídicas preventivas, apoio à estruturação de fluxos de controle e suporte à tomada de decisões administrativas com maior segurança jurídica.

Essas características tornam inviável a competição entre potenciais prestadores por critérios puramente objetivos, uma vez que a qualidade da execução está diretamente vinculada à qualificação intelectual, à experiência, à metodologia de trabalho e à especialização do profissional ou sociedade contratada.

Dessa forma, considerando a natureza singular da necessidade administrativa, bem como a exigência de contratação de sociedade com qualificação técnica compatível com o objeto pretendido, resta caracterizada a inviabilidade de competição, autorizando-se a contratação direta por inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021.

III - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

A presente contratação justifica-se pela necessidade de assegurar suporte jurídico consultivo e preventivo à Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, especialmente no que se refere à execução, fiscalização e conformidade jurídica dos recursos,

programas, serviços, benefícios e projetos vinculados ao Sistema Único de Assistência Social - SUAS.

A gestão dos recursos e programas socioassistenciais exige a adoção de mecanismos permanentes de controle, prevenção de riscos, padronização de procedimentos, rastreabilidade dos atos administrativos e observância das normas legais e regulamentares aplicáveis à política pública de assistência social. Nesse contexto, a ausência de assessoramento jurídico especializado pode ocasionar fragilidades na instrução processual, falhas de conformidade, inconsistências documentais, riscos de glosas, responsabilização de agentes públicos e questionamentos pelos órgãos de controle.

A atuação preventiva pretendida permitirá à SEMASC contar com orientação jurídica especializada na análise de atos administrativos, fluxos internos, execução de recursos vinculados, procedimentos de fiscalização, acompanhamento dos programas socioassistenciais e adoção de medidas saneadoras, contribuindo para o aprimoramento do controle preventivo e para o fortalecimento da segurança jurídica das decisões administrativas.

Além disso, os serviços a serem contratados contribuirão para a melhoria da eficiência administrativa, para a mitigação de riscos de irregularidades e para o aperfeiçoamento das práticas de controle interno no âmbito da assistência social, em consonância com os princípios da legalidade, eficiência, planejamento, transparência e interesse público.

Dessa forma, a contratação pretendida revela-se necessária e adequada ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania, proporcionando suporte jurídico especializado e fortalecendo a conformidade dos atos de gestão dos recursos e programas socioassistenciais.

IV - RAZÃO DA ESCOLHA

A escolha da empresa JOSIVALDO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 10.835.928/0001-40, decorre da verificação de que a referida sociedade possui experiência e qualificação técnica compatíveis com o objeto da contratação,

notadamente em serviços jurídicos relacionados à Administração Pública, controle interno, suporte preventivo à gestão e orientação jurídica voltada à conformidade dos atos administrativos.

Conforme verificado durante a fase de instrução do processo, a sociedade apresenta atuação compatível com a natureza da demanda, demonstrando capacidade técnica para prestar suporte jurídico consultivo e preventivo quanto à execução, fiscalização, análise de riscos, controle de legalidade e conformidade jurídica dos recursos e programas socioassistenciais vinculados ao SUAS.

A contratação pretendida exige prestador com conhecimento específico sobre gestão pública municipal, controle interno, responsabilização de agentes públicos, atuação dos órgãos de controle, conformidade administrativa e execução de recursos vinculados à política de assistência social, aspectos diretamente relacionados à necessidade identificada pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Além disso, a sociedade indicada apresenta notória especialização na área, evidenciada por sua atuação profissional em serviços jurídicos voltados à Administração Pública e ao suporte preventivo à gestão, o que permite inferir que possui condições técnicas adequadas para atender satisfatoriamente ao objeto pretendido.

Dessa forma, considerando a natureza técnica e especializada dos serviços, bem como a necessidade de sociedade com experiência compatível, qualificação jurídica e capacidade de atuação preventiva, verifica-se que a empresa JOSIVALDO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA apresenta as condições necessárias para atender às necessidades da Administração.

V - JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A justificativa do preço da presente contratação leva em consideração a proposta comercial apresentada pela futura contratada, JOSIVALDO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 10.835.928/0001-40, bem como os

documentos comprobatórios de contratações anteriores e notas fiscais emitidas pela empresa em serviços de natureza semelhante.

Conforme proposta comercial apresentada, a empresa ofertou o valor mensal de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), totalizando o valor global de R\$ 84.000,00 (oitenta e quatro mil reais) para o período de 12 (doze) meses, referente à prestação de serviços de assessoria jurídica especializada em controle interno aplicado à gestão do SUAS, destinada ao suporte jurídico preventivo na execução dos recursos e programas socioassistenciais da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania - SEMASC.

A análise da documentação encaminhada demonstra que o valor proposto encontra respaldo em serviços anteriormente prestados pela própria empresa a outros entes públicos, cujas notas fiscais comprovam a execução de objetos correlatos, envolvendo assessoria jurídica, consultoria técnica, orientação ao controle interno, apoio à conformidade administrativa, suporte jurídico preventivo à gestão pública e assessoria jurídica vinculada à execução de políticas públicas setoriais.

Verifica-se, ainda, que os valores constantes das notas fiscais apresentadas variam conforme o escopo, a complexidade, a abrangência institucional e as condições específicas de cada contratação, havendo registros de serviços correlatos em valores mensais inferiores e superiores ao ora proposto, o que demonstra que o preço ofertado se encontra dentro de parâmetro compatível com a prática comercial da própria futura contratada.

Além disso, observa-se que o valor proposto guarda compatibilidade com a natureza técnica e especializada do objeto, com o prazo de execução de 12 (doze) meses e com a necessidade de suporte jurídico preventivo voltado à conformidade dos atos administrativos praticados no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania.

Dessa forma, considerando a proposta apresentada, os documentos fiscais comprobatórios, a natureza predominantemente intelectual dos serviços e a compatibilidade do valor com contratações similares realizadas pela própria empresa, conclui-se que o valor mensal de R\$ 7.000,00 e o valor global de R\$ 84.000,00 mostram-se compatíveis, razoáveis e

adequados ao objeto pretendido, atendendo ao disposto no art. 72, inciso VII, da Lei nº 14.133/2021, quanto à necessidade de justificativa do preço nas contratações diretas.

Assim, o preço apresentado revela-se razoável e adequado ao objeto pretendido, demonstrando compatibilidade com a natureza dos serviços técnicos especializados a serem executados e com os valores praticados pela futura contratada em serviços de mesma natureza ou natureza semelhante.

VI - CONCLUSÃO

Diante do exposto, verifica-se que a contratação da empresa JOSIVALDO LOPES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 10.835.928/0001-40, para a prestação de serviços de assessoria jurídica especializada em controle interno aplicado à gestão do SUAS, destinada ao suporte jurídico preventivo na execução dos recursos e programas socioassistenciais, mostra-se necessária, adequada e compatível com o interesse público.

Restou demonstrado que a contratação encontra amparo na hipótese de inexigibilidade de licitação, nos termos do art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021, bem como que foram observadas as exigências previstas no art. 72 da referida lei, especialmente quanto à caracterização da inviabilidade de competição, à razão da escolha do fornecedor e à justificativa do preço.

Dessa forma, estando devidamente justificada a contratação, encaminham-se os autos para as providências cabíveis

Coelho Neto/MA, 17 de junho de 2026.

EMANUELLE OLIVEIRA RAMOS
Secretária Municipal de Assistência Social e Cidadania
Portaria nº 004/2025 – CC